



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A, no período de 2005 a 2012.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes Paulo Sérgio Passos sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A:

Quais os contratos firmados entre a Pasta e a empresa Delta Construções S/A, na situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, inclusive seus aditivos, informando, em cada caso:

- a) Número do Contrato;
- b) Objeto contratado;
- c) Valor Original;
- d) Motivo da dispensa de licitação;
- e) Duração do Contrato;
- f) Situação de execução em que se encontra o objeto do contrato;
- g) Cópias dos referidos contratos e aditivos.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias a empresa Delta tem sido alvo de inúmeras denúncias de envolvimento com o grupo de “Cachoeira”. Segundo informações da polícia, o grupo de Cachoeira possui mais de 130 empresas. A maioria das empresas, com o evidente objetivo de lavar dinheiro, eram controladas por laranjas, pessoas usadas para esconder os verdadeiros proprietários.



Câmara dos Deputados

Conforme registros do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Ministério dos Transportes, entre 2005 e 2012, pagou à empresa Delta o montante de R\$3.393.264.104,00.

O volume de contratos da empresa Delta Construções com o Governo Federal é monumental, sendo a construtora que mais recebeu recursos da União no ano de 2011.

Conforme reportagem veiculada no R7, em 24 de abril do corrente:

A CGU (Controladoria Geral da União) confirmou, nesta segunda-feira (23), que irá investigar os contratos da construtora Delta com o governo federal. De acordo com o órgão, após o processo administrativo que será aberto nesta quarta-feira (24), a empresa pode ser declarada inidônea, ou seja, impedida de participar de negócios com a administração pública.

A Delta é citada nas investigações da Polícia Federal que resultaram na Operação Monte Carlo, deflagrada em fevereiro, quando o empresário do ramo de jogos de azar Carlos Cachoeira foi preso. A apuração da PF apontou que a empresa mantinha contratos suspeitos com o bicheiro e pode ter cometido tráfico de influência nas relações com o governo.

A CGU acrescenta, porém, que a decisão de abrir o processo administrativo também se baseou no inquérito policial referente à operação Mão Dupla, de 2010. O inquérito, afirma o órgão em nota, já era alvo de processos administrativos disciplinares contra dirigentes e servidores do DNIT (Departamento Nacional de infraestrutura Terrestre), no Ceará.

Leia mais notícias no R7

De acordo com as conclusões da operação, os esses servidores, incluindo o superintendente do DNIT no Ceará, teriam recebido propina e outras vantagens da Construtora Delta.

Caso seja declarada inidônea, a Delta ficará impedida de manter contratos com a administração pública. Os que estiverem em andamento podem ser interrompidos ou não, “dependendo da avaliação a ser feita, caso a caso, pelo gestor contratante, levando sempre em conta o que for mais vantajoso para o interesse público”. A decisão da CGU de



Câmara dos Deputados

abertura do processo será publicada no Diário Oficial da União nesta quarta.

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/cgu-vai-investigar-contratos-da-delta-com-o-governo-federal-20120423.html>

As informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2012

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP